

Mario Simonsen, um matemático humanista

Roberto Campos*

“Não é um bom economista, quem é apenas um economista”, dizia Hayek, o liberal austríaco. A advertência não se aplicaria ao Mario Simonsen, talento multifacetado, com vastos conhecimentos de matemática, epistemologia, ciências naturais e música. Barítono frustrado, dizem que conhecia a partitura de mais de 60 óperas, predicado que nunca pude comprovar, pois ele me considerava musicalmente um selvagem que definia as óperas como “poesia de segunda classe, teatro de terceira classe e sinfonias abortadas”.

Encontrei-me pela primeira vez com Simonsen num velório, em 1957. Suicidara-se o famoso médico Maurício Gudín. Era irmão do professor Eugênio Gudín, de quem eu me tornara amigo desde a conferência de Bretton Woods, em 1944, nas montanhas de New Hampshire, quando foram criados o FMI e o Bird. Maurício se tinha notabilizado, entre outras competências, pela concepção da “sala totalmente asséptica”. Tratava-se de um belo homem, atlético e bem-sucedido, mas deprimido pela aproximação da velhice que, como disse o general De Gaulle, é uma espécie de naufrágio...

Voltei a ver Simonsen quando, engenheiro recém-formado, foi analista de projetos na Consultec, entidade que eu criara com Lucas Lopes e Jorge de Mello Flôres, após deixar a presidência do BNDE em 1959. A despeito do êxito do Plano de Metas, acumulavam-se minhas divergências com o presidente Kubitschek. Tecnocrata teimoso, eu queria a liberação da taxa de câmbio, detestava o “projeto Brasília”, opunha-me à ruptura com o FMI e insistia no cumprimento do acordo para exploração do petróleo boliviano, que Juscelino abandonara sob pressão dos “nacionalóides”. Na Consultec, Simonsen, misturando adequadamente conhecimentos de engenharia e economia, produziu, em colaboração com Mário Pinto, soberbos estudos de viabilidade de projetos. Esses exercícios concretos constituíram excelente preparação para as difíceis opções que teria de enfrentar quando assumiu, anos mais tarde, no governo Geisel, o Ministério da Fazenda, no rescaldo da primeira crise do petróleo. Vítima e cúmplice do tabagismo, coisa tanto mais estranha quanto seu pai sofrera de enfisema, Mario vivia a expelir fumaça pelas narinas, o que lhe valeria a alcunha de “dragão”.

Em setembro de 1961, Tancredo Neves, designado primeiro-ministro do governo parlamentarista de João Goulart, pediu-me que preparasse um plano de governo para submissão ao Parlamento.

— Tem 15 dias, disse-me ele, para essa tarefa de planejamento, em que você é useiro e vezeiro. A tarefa é menos difícil do que parece. Como os problemas brasileiros não mudam, as soluções antigas também não mudam...

*Deputado federal pelo Rio de Janeiro.

Reuni-me com Simonsen e o advogado Bulhões Pedreira no apartamento deste último no Leme e, noitadas a fio, produzimos um documento de 203 páginas, chamado “Programa de Governo – Bases”. Falava-se em tudo: inflação e estabilização, reformas, desenvolvimento econômico e social etc. Àquele tempo eu ainda acreditava no dirigismo planificador. Hoje acho que planos de governo não passam de “sonhos com data marcada”. Talvez o melhor resultado da experiência tenha sido uma amizade duradoura com os dois: Simonsen, com raciocínio veloz e bom senso econômico, e Bulhões Pedreira, com incrível capacidade para formatar juridicamente nossas confusas eructações econômicas.

Voltaríamos a colaborar os três em 1964 quando assumi o Ministério do Planejamento no governo Castelo Branco. Iniciamos uma maratona reformista de modernização das instituições econômicas, em conjunto com o professor Octavio Bulhões, ministro da Fazenda.

Antes de me incorporar ao gabinete, como ministro Extraordinário do Planejamento, eu tinha aceitado um convite de empresários paulistas para fundar uma associação privada de planejamento econômico e social – a Anpes. Convidei Mario Simonsen para diretor técnico. Nem eu nem ele chegamos a nos engajar profundamente na Anpes, eu por ter sido convidado para o governo Castelo Branco e Simonsen porque, carioca inveterado, hesitava em assumir encargos *full time*, que exigissem deslocamentos para São Paulo. Apresentamos, entretanto, aos empresários paulistas o esboço de um programa de modernização capitalista, como vacina contra o pseudo-socialismo janguista, com idéias que depois viriam a amadurecer no Paeg e no Plano Decenal. O curioso é que, quando renunciamos a permanecer na Anpes, eu e Simonsen propusemos aos empresários paulistas que nossos sucessores fossem Delfim Netto, como presidente, e Afonso Celso Pastore, como diretor técnico. Delfim viria, anos depois, a ser o czar econômico do país nos governos Médici e Figueiredo. E Pastore, presidente do Bacen no governo Figueiredo, no auge de nossa crise da dívida externa nos anos 80.

Foi importantíssima a contribuição de Simonsen à formulação, no início do governo Castelo Branco, do plano de estabilização monetária – o Paeg. Passaram-se, em curta sucessão, as leis do Sistema Financeiro de Habitação e do Banco Central, a reforma fiscal, o Estatuto da Terra e a regulamentação do mercado de capitais. Simonsen foi o inspirador da fórmula salarial de 1955, que conteve a inflação de custos promovida por alguns sindicatos agressivamente politizados do governo Goulart, que se haviam transformado numa espécie de “aristocracia do proletariado”. O Paeg teve importância histórica. Foi a primeira tentativa de se formular uma “ideologia positiva” da Revolução de 1964, que nascera presa a um ideário negativo: “combate à subversão e à corrupção”. Contribuiu assim para que o movimento passasse de motim castrense a uma revolução modernizante. Foi também, até então, o mais sofisticado esforço de coordenação macroeconômica através da formulação das políticas monetária, fiscal, cambial e salarial. A maioria dos esforços anteriores de planejamento era de caráter setorial, às vezes mera elencagem de projetos, com exceção do Plano Trienal de Celso Furtado, que enfatizava taxas globais de crescimento, sem entretanto propositura adequada dos instrumentos de implementação.

É justo dizer, em retrospecto, que a velocidade reformista do governo Castelo Branco se deveu em parte aos trabalhos prévios do próprio Simonsen e de Jorge de Mello Flôres no Ipes, uma espécie de *think tank* criado durante o governo Goulart para engendar uma alternativa liberal à “porra-louquice” socialista de Jango.

Em 1967, o general Costa e Silva, já presidente eleito, pediu-me a organização de um seminário para se atualizar na problemática econômica brasileira. Prescientemente, escolhi para expositores Simonsen, Delfim Netto e Reis Velloso, podendo-se assim dizer que o seminário para ilustração do presidente eleito se tornou uma sementeira de futuros ministros de Estado.

Simonsen assumiu o Ministério da Fazenda em 1974, numa época conturbada pela eclosão da primeira crise do petróleo. O gabinete do presidente Geisel, disciplinado na aparência, ocultava graves clivagens. Simonsen, preocupado com o balanço de pagamentos, pregava contenção e austeridade. Reis Velloso, no Planejamento, ansiava por projetos desenvolvimentistas. Ambos queriam incentivar capitais estrangeiros, mas Severo Gomes, no MIC, advogava o nacional-protecionismo. E num momento de crise cambial, o ministro Azeredo da Silveira, com seu grupo de “barbudinhos” no Itamaraty, adulava o terceiro-mundismo, com laivos antiamericanos.

O Brasil não se ajustou, ou antes, desajustou-se à primeira crise do petróleo, cuja dimensão foi subestimada. O ajuste asiático foi através da redução do crescimento e da obsessão exportadora. O método brasileiro foi um maciço programa de substituição de importações, principalmente através de empresas estatais, com decorrente endividamento interno e externo.

Consciente da crise cambial, Simonsen, em relatórios confidenciais ao presidente Geisel, advogava medidas restritivas. Mas a conjuntura política era desfavorável à prudência. O país estava ainda embalado no triunfalismo da era Médici, que nos teria tornado uma “ilha de prosperidade”. Fez-se tudo para substituir o petróleo importado, exceto o óbvio: extinguir o monopólio estatal do petróleo, para maximizar investimentos. Foi a época dos megaprojetos de eletricidade, biomassas, carvão e energia nuclear. A redução do consumo de petróleo, por racionamento ou drástica elevação de preços, como fizeram outros países, era considerada “politicamente incorreta”, pois poria a nu os erros estratégicos da Petrobras, que investira pouco em pesquisa e muito em refinarias e petroquímica, tornando-se, como dizia Gudin, “uma grande empresa acima do chão, e pequena abaixo do chão”. Enquanto o mundo entrava em recessão, o Brasil exibiu um crescimento do PIB de 10% em 1974, obviamente insustentável. Simonsen aplicou intermitentemente medidas contracionistas que reduziram o crescimento médio para 7% ao ano, mesmo assim insustentável sem endividamento externo e interno.

Consciente da necessidade de se reduzirem o consumo e as importações de petróleo, Simonsen chegou a propor um imposto direto sobre o uso de combustíveis, sob a forma de cupons ou “simonetas”, idéia logo abandonada. Voltou à carga em 1976, com a proposta do “coeficiente de accidentalidade”. Era um redutor a ser aplicado aos indexadores, em reconhecimento de que a alta do petróleo era um

imposto externo, que não poderia nem deveria ser anulado por reajustamentos equivalentes aplicados a salários e rendas. Seria, por assim dizer, uma correção dos efeitos da “realimentação inflacionária”. Tinha, entretanto, passado o momento para sacrifícios da espécie, cuja oportunidade teria sido o drama criado pela eclosão da crise de petróleo. A idéia passou a ser encarada como simples tentativa de maquilagem de índices.

Atento não só para o problema fiscal, como para a necessidade de estimular a poupança por via do mercado de capitais, Simonsen reformou a Lei das Sociedades Anônimas e criou a CVM, contribuições importantes para nossa modernização capitalista. Não tinha vocação para esgrimas burocráticas e, por mais de uma vez, chegou a pedir demissão, recuando sempre por afeição quase filial a Geisel.

A segunda crise do petróleo estourou em 1979, quando Simonsen se tornara ministro do Planejamento no governo Figueiredo. Insistiu na inevitabilidade de um aperto de cinto. E demitiu-se quando percebeu que o presidente, ansioso por popularidade, parecia dar ouvidos a propostas mais amenas de “retomada de crescimento” de Delfim Netto. Houve uma aceleração do crescimento em 1980. Mas, numa conjuntura internacional adversa, esse relance durou pouco. Entre 1981 e 1983 o Brasil teve que se submeter ao ajuste recessivo que antes refugara. A renda por habitante do país, que “não podia parar de crescer”, estagnou durante a década perdida...

Simonsen voltou a trabalhos de consultoria e sobretudo às lides acadêmicas, que eram sua fundamental vocação. Não tinha a “vontade de poder” de Delfim Netto, nem o engajamento ideológico pró-liberalismo que Gudin e eu protagonizávamos. Dedicou-se a treinar toda uma geração de economistas. Escreveu textos clássicos de macro e microeconomia e tornou-se o “guru” econômico mais ouvido no país e mais respeitado no exterior. Aconselhou vários governos com objetividade e desprendimento. Escrevia bem, usando a ironia com penas de avestruz e não com punhais florentinos, devotado aos conceitos e hostil aos preconceitos.

A única crítica que eu fazia a Mario, em sua fase pós-ministerial, era sua excessiva condescendência em relação aos “planos heterodoxos”, como o Plano Cruzado, o Plano Verão e o Plano Collor. Admitia ele que poderiam funcionar, se acompanhados de uma profunda reforma fiscal. Eu era mais radical. Recorrendo a instrumentos contraproducentes, como congelamento e confisco, esses planos eram pouco mais que um besteirol dirigista...

Que dizer da contribuição propriamente acadêmica de Mario Simonsen? Ela foi extremamente importante. Disso é testemunho objetivo o respeito que lhe dedicavam alguns dos maiores economistas modernos, com os quais colaborou em coletâneas e ensaios. São conhecidos seus trabalhos com Bela Balassa sobre comércio exterior e desenvolvimento, em que defendeu teses de liberalização comercial; e com Rudiger Dornbusch e Stanley Fischer sobre inflação e indexação, assim como sobre a dívida externa dos países em desenvolvimento.

Entre suas contribuições teóricas principais poder-se-iam citar:

- a) a chamada “curva de Simonsen”, isto é, a oscilação dos salários reais nos períodos inflacionários, em virtude das tentativas de recomposição dos picos salariais anteriores, depois rapidamente erodidos pela inflação;
- b) a teoria dos três determinantes da inflação – a componente autônoma, a realimentação e a regulação da demanda;
- c) a política de rendas, como instrumento governamental para suprir falhas de coordenação no funcionamento do sistema de preços;
- d) a regra do endividamento prudencial, segundo o qual a solvência só pode ser preservada se o incremento dos juros internacionais for igual ou inferior à taxa de crescimento do produto interno bruto; e
- e) a crítica às limitações da “escola de expectativas racionais”, cujos postulados, em função do custo da informação e aprendizado, são apenas aplicáveis a “mercados de especialistas”.

Além da vasta bagagem acadêmica que nos legou, Simonsen tornou-se, pela sua facilidade de comunicação no rádio e na televisão, uma bússola para o cotidiano das empresas e do governo. Em artigos para a revista *Exame*, quando abandonava a numerotagem em favor do discurso para o homem comum, Simonsen exercia ao mesmo tempo um efeito calmante e luminoso.

Lembro-me, por exemplo, de dois artigos seminais. Um em defesa do Proer, como instrumento preventivo e/ou saneador de crises bancárias, num momento em que a retórica política era profundamente hostil à ajuda aos bancos, como se o objetivo do programa fosse a salvaguarda dos banqueiros e não a proteção da poupança dos depositantes. O outro referia-se à necessidade de reconceptualização das leis antitruste, tendo em vista o aumento no grau de contestabilidade do mercado, em função da abertura econômica e da globalização, assim como da necessidade de fusões e incorporações visando a alcançar escala compatível com as exigências da pesquisa tecnológica.

Diz-se dos grandes pensadores que precisam ser salvos dos seus discípulos. Marx certamente seria hoje menos marxista do que seus discípulos, que praticaram o sangrento experimento do “socialismo real”. Keynes tinha uma visão muito mais sóbria do intervencionismo governamental que vários de seus discípulos, fanatizados pelo dirigismo implícito na sintonia fina de agregados econômicos. Também Simonsen, que originou a teoria inercial da inflação, precisa ser salvo dos “inercialistas”. Muitos desses passaram a atribuir à inércia inflacionária um papel causal na inflação, quando é mero mecanismo de propagação.

Simonsen foi o elo de ligação entre os economistas como Eugênio Gudín, formados na tradição humanista, e os tecnicistas da nova geração, mais bem instrumentados na análise matemática e menos abastecidos de cultura geral. O escopo econômico dos interesses de Simonsen é revelado sobretudo em seu erudito trabalho *Ensaio analítico*, que é na realidade o livro que eu gostaria de ter escrito. Simonsen nele aborda temas tão variados como a filosofia da ciência, a geometria euclidiana e

não-euclidiana, a inter-relação da música com a matemática, a teoria da relatividade, a exploração do átomo, liberalismo e socialismo, a teoria dos jogos e das expectativas racionais.

Nesta década tive o desprazer de assistir ao passamento de duas figuras exponenciais do pensamento brasileiro: José Guilherme Merquior na área da literatura, sociologia e política, e Mario Simonsen na matemática, economia e ciências exatas. Ambos tinham uma visão ecumênica da realidade brasileira, ambos tinham vivência internacional, e em nenhum deles a erudição prejudicava a arte de escrever. O país ficou mais pobre...